

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO PLENA - TROPICAL

Pelo presente instrumento, as empresas:

**PLENA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.**, com sede a Rua Teixeira de Freitas nº478, sala 907 a 912, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, inscrita sob o CNPJ nº 41.749.326/0001-01, neste ato representada por seu Diretor Sr. Elias Teixeira Pires, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do CPF/MF sob nº 116.395.636-87 e Cédula de Identidade RG nº 325717 SSPMG, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte/MG, doravante denominada simplesmente "**PLENA**";

**TROPICAL ENGENHARIA, SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA**, empresa de capital privado, com sede na cidade de Brasília-DF, na SCN Quadra 6 – Conj. A – Sala 412 – Edf. Venâncio 3.000 - Asa Norte -, CEP 70.716-900, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.610.007/0001-49, tendo como seu representante legal, o Sr. Sérgio Castejon Garcia, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade 4.311/D CREA-DF e inscrito no CPF/MF sob nº 240.832.756-34, residente e domiciliado na Cidade de Brasília-DF, na SQN 311, Bloco H, Apartamento 502 – Asa Norte, CEP 70.757-080; doravante denominada **TROPICAL**;

conjuntamente doravante denominadas **PARTES** e individualmente como **PARTE**;

Considerando que:

- i. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, doravante denominada **ÓRGÃO CONTRATANTE**, publicou edital de licitação, Licitação Eletrônica Nº 79/2023 cujo objeto é a **ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL (EVTEA) COM A CONSOLIDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE ENGENHARIA E MODELAGEM DE CONCESSÃO PARA O PROJETO DE IRRIGAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANO, NOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOSÉ DA TAPERA E DE SENADOR RUI PALMEIRA, LOCALIZADOS NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS**;
- ii. atendendo ao referido edital de licitação, as empresas acima qualificadas apresentaram interesse em unir esforços para participação da referida proposta, na forma de um consórcio, no qual a **PLENA** assume o papel de empresa líder; e
- iii. há necessidade de se constituir formalmente o consórcio entre as **PARTES**, caso o contrato referente ao edital Licitação Eletrônica Nº 79/2023 venha a ser formalizado ("Contrato").

Têm, entre si, justo e acertado, celebrar este Instrumento Particular de Compromisso de Constituição de Consórcio ("**CONSÓRCIO PLENA-TROPICAL**"), de acordo com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, para a execução do Contrato oriundo do citado edital de licitação, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O presente Instrumento Compromisso de Constituição de **CONSÓRCIO** tem por finalidade formalizar a constituição de consórcio entre as Partes, na medida das responsabilidades assumidas por cada parte, definindo as diretrizes básicas, normas e demais aspectos desta parceria, que tem por objetivo a participação na Licitação Eletrônica, promovida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, doravante denominada “**CLIENTE**”.
- 1.2. Caso o referido **CONSÓRCIO** seja classificado vencedor do certame, as Partes terão o objetivo de prestar conjuntamente o serviço para **ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL (EVTEA) COM A CONSOLIDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE ENGENHARIA E MODELAGEM DE CONCESSÃO PARA O PROJETO DE IRRIGAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANO, NOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOSÉ DA TAPERA E DE SENADOR RUI PALMEIRA, LOCALIZADOS NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS**, tendo a **PLENA** como empresa líder do **CONSÓRCIO**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO**

- 2.1. O **CONSÓRCIO**, daqui em diante, seja na fase de licitação ou eventual contrato, para efeitos de registros na Receita Federal, Junta Comercial, CREA, abertura e contas em bancos, contratante; empresas públicas, privadas ou mistas; órgãos públicos, cartórios; justiça estadual ou federal de qualquer instância, Serasa ou qualquer interessado que se relacionarão com o **CONSÓRCIO**, assumirá a denominação de **CONSÓRCIO PLENA-TROPICAL**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE DURAÇÃO E VIGÊNCIA**

- 3.1. O **CONSÓRCIO** entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá vigente durante todas as etapas de licitação e em eventual celebração de Contrato, momento em que será substituído por um instrumento definitivo.
- 3.2. Esse **CONSÓRCIO** terá vigência pelo menos até 6 (seis) meses após a conclusão e aceitação final dos serviços prestados em sede do Contrato. Entretanto, o prazo de duração do **CONSÓRCIO** pode ser estendido até a resolução de todas as obrigações deste, tais como encargos trabalhistas, contratos com fornecedores e prestadores de serviços, ou outros eventos que obriguem a manutenção das obrigações aqui definidas, se resolvendo, de pleno direito, com a extinção de todas as obrigações assumidas pelas **PARTES**.
- 3.3. O presente **CONSÓRCIO** se extinguirá, de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial na hipótese de rescisão, por parte do **ÓRGÃO CONTRATANTE**, do Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SEDE DO CONSÓRCIO E FORO COMPETENTE**

- 4.1. O **CONSÓRCIO** terá como sede a rua Teixeira de Freitas 478, sala 909, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte – MG. CEP 30.350-180.
- 4.2. As **PARTES** mantêm, sem quaisquer reservas, as suas personalidades jurídicas distintas.
- 4.3. As **PARTES** declaram estabelecer uma relação de confiança mútua para execução do empreendimento, buscando resolver de forma amigável as questões controvertidas que porventura ocorrerem durante a fase execução do eventual contrato, como primeiro método de solução dos litígios.
- 4.4. As **PARTES** garantem que as discussões internas não afetarão o desempenho do Contrato, tampouco atingirá as garantias oferecidas ao **CLIENTE**, como, por exemplo, a solidariedade na responsabilidade das empresas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PARTICIPAÇÕES CONSORCIAIS E OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES**

- 5.1. Sem prejuízo da solidariedade definida no presente instrumento, a participação nominal das **PARTES** na composição do **CONSÓRCIO** será conforme os percentuais abaixo indicados, tanto para as despesas comuns incorridas pelo **CONSÓRCIO**, faturamentos, nestes incluindo recebimentos de lucros, dividendos, benefícios ou receitas:
- ✓ 60% (sessenta por cento) caberá à **PLENA (empresa líder)**;
  - ✓ 40% (quarenta por cento) caberá à **TROPICAL**;
- 5.2. As **PARTES** se comprometem a:
- 5.2.1. Atuar por meio de estreita colaboração e conjugação de esforços, através da cooperação técnica e comercial, trocando todas as informações necessárias, tanto para a entrega da proposta ao **CLIENTE**, como para a execução dos serviços licitados, respondendo cada qual por suas obrigações de ordem fiscal e administrativa, até a conclusão dos serviços que vierem a ser contratados com este **CONSÓRCIO**.
- 5.2.2. Cumprir integralmente o eventual Contrato com o **CLIENTE**, através da alocação de pessoal técnico especializado, veículos, escritório, contratação de empresas especializadas em tarefas específicas, caso seja necessário e demais atos que garantam a qualidade, celeridade e eficiência dos serviços, não isentando as **PARTES** da responsabilidade solidária pelos serviços prestados.
- 5.2.3. As **PARTES** realizarão os serviços com uma equipe de força tarefa única, formada por técnicos das empresas consorciadas ou contratados no mercado. Desta forma, a equipe atuará de forma otimizada e dotada de sinergia evitando-se a segmentação e a limitação de responsabilidade específica para cada **PARTE**, condição essa que garantirá a responsabilidade de todas as **PARTES**.
- 5.2.4. As **PARTES** utilizarão métodos e instrumentos de gestão capazes de garantir o acesso de cada **PARTE** nas informações contábeis, técnicas, fiscais, financeiras.

5.2.5. As **PARTES** se comprometem a aderir ao modelo de gestão de contratos da **PLENA CONSULTORIA E PROJETOS**, por meio da implantação de Plano de Gestão que atende as normas, de forma que os serviços possam ser auditados por terceira parte. A coordenação da elaboração deste Plano ficará a cargo da **PLENA CONSULTORIA E PROJETOS**.

5.2.6. Pertencerão às **PARTES**, em conjunto, os direitos de propriedade intelectual relativos a todos os documentos e materiais produzidos pelo **CONSÓRCIO** durante a execução dos serviços do Contrato, observado o disposto no Contrato quanto aos direitos autorais patrimoniais e conexos. Caso o **CLIENTE** permita a utilização/divulgação dos materiais, cada uma das **PARTES** poderá fazê-lo sem necessidade de autorização prévia da outra, desde que sejam dados os devidos créditos de autoria.

## **CLÁUSULA SEXTA – LIDERANÇA, ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO**

6.1. As **PARTES** designam a empresa **PLENA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA** para assumir a liderança do **CONSÓRCIO**, que ficará encarregada de todos os entendimentos com o **CLIENTE** em nome das **PARTES**, durante a fase de licitação e eventual execução do contrato, a qual nomeia, neste ato, o Sr. Elias Teixeira Pires, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do CPF/MF sob nº 116.395.636-87 e Cédula de Identidade RG nº 325717 SSPMG, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte/MG, e/ou Sr. Sérgio Castejon Garcia, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade 4.311/D CREA-DF e inscrito no CPF/MF sob nº 240.832.756-34, residente e domiciliado na Cidade de Brasília-DF, na SQN 311, Bloco H, Apartamento 502 – Asa Norte, CEP 70.757-080, e que nesta qualidade serão os representantes legais perante o **CLIENTE**, cumprindo-lhes as seguintes responsabilidades, deveres e poderes:

- a) Representar o **CONSÓRCIO** na fase de preparação e entrega das propostas, podendo assinar declarações, indicar representantes para sessão da licitação, vistas ao processo, obtenção de cópias, apresentar recursos ou impugnações;
- b) Agir com zelo, diligência, ética e respeito aos direitos e obrigações das **PARTES**.
- c) Representar, de forma *individual/isolada* as **PARTES**, durante a licitação e eventual execução do contrato, inclusive com poderes para transferir, requerer, receber e dar quitação, assinar o Contrato com o **CLIENTE**, firmar atas e contratos de prestação de serviços com prestadores de serviços, assinar carteiras de trabalho ou contratos de experiências, contratos de estágios, assinar eventuais rescisões trabalhistas, receber citação e intimação, e responder administrativa e judicialmente pelo **CONSÓRCIO**;
- d) Transigir e acordar, credenciar representantes, assumir responsabilidades perante a outra **PORTE**, respondendo pelo integral cumprimento das obrigações das **PARTES**, podendo, ainda, substabelecer com reserva de poderes para que outras pessoas possam exercer suas prerrogativas, tais como audiências de homologação de demissão, ações judiciais, movimentação da conta corrente do **CONSÓRCIO** a ser aberta para receber aportes mensais com o propósito de custear as despesas ordinárias e extraordinárias do **CONSÓRCIO**;

- e) Indicar profissional que será responsável pela eventual gestão do contrato;
- f) Representar e responder tecnicamente e/ou administrativamente e/ou judicialmente pelas empresas que integram o **CONSÓRCIO** durante a execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária de cada uma das consorciadas, inclusive receber notificação, intimação e citação, sempre comunicando a outra **PARTE**.
- g) Representar individual/isoladamente o **CONSÓRCIO** perante órgãos públicos em geral; Bancos privados, públicos ou de economia mista, entidades de classe; empresas privadas e/ou órgãos públicos de bancos de dados, tais como: Serasa – Centralização de Serviços Bancários S/A e SPC – Serviço Nacional de Proteção ao Crédito.
- h) Representar individual/isoladamente as **PARTES** para abrir, movimentar e encerrar contas em bancos públicos ou privados em nome do **CONSÓRCIO**, obter cartões, senhas de acesso eletrônico ou remoto, *token*, não possuindo poderes algum para obtenção de qualquer tipo de empréstimo bancário;
- i) Enviar notificações extrajudiciais a prestadores de serviços;
- j) Assinar contratos de trabalhos, carteiras de trabalho, contratos de estágios, rescisões etc.;
- k) Conduzir as atividades previstas no escopo contratual, tudo sem prejuízo da responsabilidade solidária das **PARTES** conforme a Cláusula Oitava do presente instrumento; e
- l) Praticar todos os atos necessários ao arquivamento do Instrumento Definitivo de Constituição do **CONSÓRCIO**.

6.2. Os atos realizados pela **PLENA** junto ao **CLIENTE** permanecerão válidos e eficazes, enquanto não haja a falta de autorização pactuada entre as **PARTES**, pelo que o descumprimento destes apenas gerarão consequências entre as **PARTES**, não atingindo o **CLIENTE**.

6.3. O **CONSÓRCIO** será administrado por um Conselho Diretivo formado por 2 (dois) representantes, cabendo a cada parte a indicação de um titular e outro suplente.

6.5.1 O Conselho Diretivo se reunirá sempre que necessário for por convocação escrita de qualquer um dos seus integrantes, com pelo menos 3 (três) dias de antecedência, sendo recomendada a realização de reuniões mensais para discutir assuntos de gestão, qualidade técnica dos profissionais alocados, cronograma de execução dos trabalhos, substituição de profissionais, contratações, aportes financeiros na conta corrente do consórcio, alocações para avanços da equipe os trabalhos.

6.5.2 Para cada reunião do Conselho Diretivo será lavrada uma ata, da qual constarão os assuntos abordados e as decisões tomadas.

6.5.3 Cada **PARTE**, através de seus membros no Conselho Diretivo, terá direito a voto, na proporção da sua participação no **CONSÓRCIO**, em qualquer deliberação.

6.5.4 A **PARTE** inadimplente com suas obrigações consorciais terá seu direito a voto automaticamente suspenso e essa suspensão permanecerá até a regularização da sua

situação perante o **CONSÓRCIO**.

- 6.5.5 O Conselho Diretivo será a autoridade máxima do **CONSÓRCIO**, porém não terá função executiva, cabendo ao mesmo deliberar sobre todos os assuntos de interesse do **CONSÓRCIO**, sejam de caráter técnico, financeiro, operacional ou estratégico.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - CONTABILIDADE, FATURAMENTO E DESPESAS COMUNS.**

- 7.1. Uma vez constituído o **CONSÓRCIO**, cada **PARTE** será remunerada de acordo com a sua participação na mobilização dos recursos e fornecimentos, no âmbito do **CONSÓRCIO**.
- 7.2. Para efeitos de faturamento dos serviços prestados pelo **CONSÓRCIO**, cada empresa emitirá sua Nota Fiscal/Fatura na proporção de sua efetiva participação, conforme definido na Cláusula 5.1 deste instrumento.
- 7.3. O **CONSÓRCIO** manterá registro contábil de suas operações em atendimento às Instruções Normativas nº 1.199, de 14 de outubro de 2011 (DOU 17.10.2011) e nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (DOU 12.01.2012), ambas da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e, Lei Federal nº 12.402, de 02 de maio de 2011 (DOU 03.05.2011), e as suas alterações, e demais instruções, normas, leis e resoluções que se aplicam à contabilização de consórcio. Referida regra não exclui a obrigatoriedade de cada empresa **PARTE** manter sua contabilidade regular, inclusive em relação aos termos do **CONSÓRCIO**.
- 7.4. Todas as contratações (serviços, funcionários, fornecedores etc.) serão executadas e administradas diretamente pelo **CONSÓRCIO**.
- 7.5. Os bens de uso durável e não durável, necessários à execução dos serviços, serão adquiridos pelo **CONSÓRCIO** e, após a sua extinção, serão divididos entre as **PARTES** na proporção de suas respectivas participações consorciais.
- 7.6. As **PARTES** deverão aportar recursos, proporcionalmente à sua participação no **CONSÓRCIO**, para todas as despesas comuns e relacionadas com os serviços, quais sejam: empregados, prestadores de serviços, fornecedores, executivos, conselheiros, viagens, diárias, veículos, infraestrutura de apoio, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais e qualquer outra despesa necessária a consecução dos serviços contratados, em conta corrente a ser aberta especificamente para este fim.
- 7.7. As **PARTES** concordam que as despesas referentes aos registros do **CONSÓRCIO** junto aos órgãos competentes, bem como à escrituração contábil também serão rateadas entre as **PARTES** na proporção de suas participações.
- 7.8. Eventuais despesas realizadas diretamente pelas **PARTES** serão repassadas ao **CONSÓRCIO** através de nota de débito ou outro documento equivalente, devidamente fundamentado.

#### **CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADES**

- 8.1 As **PARTES**, desde já, declaram assumir perante o **CLIENTE** responsabilidade solidária e isoladamente pelos atos e omissões que vierem a ser praticados pelas **PARTES** na execução do Contrato e pelos atos praticados pelo **CONSÓRCIO**, sendo responsáveis por todas as suas obrigações, bem como por multas e indenizações em decorrência de ato ilícito ou descumprimento do Contrato e pelos encargos fiscais, inclusive por todas as exigências pertinentes ao objeto do eventual Contrato, até a conclusão dos serviços.
- 8.2 As **PARTES** assumem individual e solidariamente todas as responsabilidades civis, técnicas, fiscais, administrativas, criminais e em geral, por atos e omissões que vierem a ser praticados por quaisquer integrantes do **CONSÓRCIO**, e seus prepostos, atos e omissões essas vinculadas exclusivamente à execução dos serviços contratados e em especial no que se refere a Danos Ambientais que possam vir a ocorrer até a conclusão dos serviços contratados do eventual Contrato.
- 8.3 Caso uma **PARTE** venha a ser responsabilizada em demanda judicial, administrativa, tributária, ambiental ou qualquer outra promovida por terceiro em razão de ato praticado pela outra **PARTE**, a **PARTE** infratora desde já se obriga a defender e indenizar a outra **PARTE** de todas e quaisquer despesas que esta venha a suportar, inclusive a título de honorários advocatícios, pagamento de condenações e despesas processuais e extrajudiciais.
- 8.4 As **PARTES** concordam que cada uma será individualmente responsável perante a outra nas proporções estabelecidas na Cláusula 5.1 acima, de modo que, caso uma **PARTE** tenha de arcar individualmente com eventuais danos, resta preservado seu direito de regresso em relação à outra **PARTE**.
- 8.5 Fica assegurado a qualquer uma das **PARTES** requerer uma da outra documentos de qualquer natureza, inclusive fiscais e contratuais, que se relacionem às atividades do **CONSÓRCIO** para fins de auditoria interna, bastando para tanto a apresentação de um requerimento expresso com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, indicando as razões para tanto.

## **CLÁUSULA NONA – CONFIDENCIALIDADE E EXCLUSIVIDADE**

- 9.1 As **PARTES** obrigam-se a manter em total sigilo todas as informações recebidas, por qualquer meio de comunicação, em função do objeto do Contrato, incluindo, mas não se limitando a informações comerciais, financeiras e técnicas, em especial aquelas relativas a pesquisas, produtos e processos educacionais, desenvolvimento técnico, dados em geral, desenhos, textos técnicos, esquemas, diagramas, “know how”, especificações de equipamentos, desempenho de equipamentos, intercambialidades de equipamentos, dados financeiros e estatísticos sem qualquer exceção.
- 9.2 As **PARTES** se comprometem a não revelar as informações confidenciais a quem quer que seja, nem as utilizar para outro propósito que não o da realização dos serviços objeto do Contrato, limitando-se a sua veiculação aos funcionários que, em decorrência de suas atividades, devam ter acesso a estas.

- 9.3 Fica avençado que nenhum outro participante poderá ser admitido neste **CONSÓRCIO**, sendo certo ainda que o **CONSÓRCIO** não poderá ter a sua composição alterada até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato firmado com o **CLIENTE**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – CONDUTAS ANTICORRUPÇÃO**

- 10.1. Para prosseguimento e assinatura do presente instrumento, as **PARTES** declaram observância às normas que proíbem a prática de qualquer ato que possa comprometer a execução do eventual Contrato que deu origem ao presente Instrumento ou a qualquer prática que possa desviar a real finalidade ou objetivo do **CONSÓRCIO** ou que coloque em risco a imagem das **PARTES** que compõem o **CONSÓRCIO**, incluindo, sem se limitar, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa), Lei nº 8.666/1993 (Licitações), Lei nº 9.613/1998 (Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores), Lei nº 2.529/2011 (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência) além de todos os compromissos internacionais anticorrupção assumidos pelo Brasil, especialmente a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial Brasileira).
- 10.2. Nesse sentido, em relação a prática de atos contra administração pública nacional ou estrangeira, as **PARTES** conhecem o dever de não:
- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
  - h) dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
  - i) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
  - j) financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei; e



- k) utilizar de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- 10.3. As pessoas físicas envolvidas na eventual execução do Contrato, incluindo mas não se limitando a diretores, empregados, subcontratados, prestadores de serviços ligados ao **CONSÓRCIO** ou as **PARTES**, têm a obrigação de coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, ou qualquer prática que atente contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, ou contra princípios da administração pública.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

- 11.1 As **PARTES** declaram que conhecem e se comprometem com o fiel cumprimento das premissas constantes na Lei 13.709/2018 (“LGPD”) dentro e fora do âmbito do **CONSÓRCIO**, enfaticamente os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e segurança.
- 11.2 Caso as **PARTES** realizem o tratamento de dados pessoais para a execução do Contrato com o **CLIENTE**, tal tratamento deverá obrigatoriamente ser adequado à legislação vigente no momento do tratamento, comprometendo-se as **PARTES** a atualizar seus mecanismos internos de proteção sempre que necessário.
- 11.3 As **PARTES** declaram que, sempre que possível e dentro das bases legais previstas no art. 7º da LGPD, obterão o consentimento livre, informado e inequívoco do titular de dados pessoais.
- 11.4 A **PARTE** responsável pela coleta inicial de dados pessoais e consequentemente responsável pela obtenção de consentimento, deverá obrigatoriamente indicar que os dados, inclusive os sensíveis, poderão ser compartilhados com a outra parte para finalidade de execução do Contrato com o **CLIENTE**, devendo, ao compartilhar aos dados, também enviar cópia do termo de consentimento assinado pelo titular dos dados pessoais.
- 11.5 Os termos de consentimento relacionados ao Contrato com o **CLIENTE** serão, preferencialmente, elaborados em conjunto entre as **PARTES**.
- 11.6 As **PARTES** declaram que, no caso de qualquer incidente de segurança relativo a dados pessoais, unirão esforços e elaboração um plano para reversão e mitigação de danos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. As **PARTES** se comprometem a não alterar a constituição ou composição do **CONSÓRCIO** sem a expressa autorização do **CLIENTE**, até a conclusão dos serviços a serem contratados, mediante termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do **CONSÓRCIO** definido na Cláusula 3.1.
- 12.2. As **PARTES** se comprometem apresentar ao **CLIENTE**, antes da assinatura do eventual contrato, o instrumento definitivo de constituição de **CONSÓRCIO**, devidamente aprovado pelo órgão da

sociedade de cada **PARTE**, que for competente para autorizar a alienação dos bens do ativo permanente.

- 12.3. O **CONSÓRCIO** não constitui nem se constituirá em pessoa jurídica distinta de seus membros, não terá personalidade jurídica própria, tampouco as suas **PARTES** perdem sua própria identidade jurídica, não constituindo, ainda, sociedade de fato ou outra categoria análoga.
- 12.4. Este Instrumento obriga as **PARTES** e seus sucessores a qualquer título.
- 12.5. As **PARTES** não poderão ceder total ou parcialmente seus direitos e obrigações.
- 12.6. Fica certo e ajustado entre as **PARTES** que as suas adesões ao **CONSÓRCIO** serão efetuadas em caráter irrevogável, irretratável e de exclusividade, não podendo nenhuma delas vir a se retirar do **CONSÓRCIO** ou deixar de executar os serviços a que se propuserem.
- 12.7. Qualquer atraso por qualquer das **PARTES** no exercício de qualquer direito e/ou recurso de acordo com este Instrumento não consistirá em renúncia ou novação.
- 12.8. Caso qualquer das disposições deste Instrumento ou qualquer outro contrato, documento, ou instrumento celebrado de acordo com os termos deste não seja válida e eficaz nos termos da legislação aplicável, tal invalidade ou ineficácia não afetará as disposições remanescentes, que permanecerão válidas e em pleno vigor, exceto se tal disposição afetar substancialmente e adversamente os interesses de qualquer **PARTE**.
- 12.9. As **PARTES** comprometem-se a providenciar o registro do **CONSÓRCIO** na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, na forma estabelecida no artigo 33 da Lei Federal nº 8.666/93, nos artigos 278 e 279 da Lei Federal nº 6.404/76 e no art. 92 da IN DREI nº 81 de 10/06/2020, do Ministério da Economia, e respectiva inscrição no CNPJ/MF nos termos da IN nº 1.863, de 27/12/2018, da Secretaria da Receita Federal, bem como o Registro e Inscrição em entidade profissional competente e demais disposições legais aplicáveis.
- 12.10. O **CONSÓRCIO** será regido nos termos dos Artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e atenderá às disposições da Instrução Normativa MF/RFB nº 1.199, de 14/10/2011 procedimentos fiscais dispensados aos consórcios, e do art. 1º da Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011, e demais diplomas legais sobre a matéria constituição de consórcio, especialmente em casos de omissão do **CONSÓRCIO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONCILIAÇÃO PRÉVIA E FORO**

- 13.1. Na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento do presente **CONSÓRCIO**, as **PARTES** comprometem-se a buscar solução pacífica e extrajudicial, cabendo obrigatoriamente à parte interessada notificar a outra a respeito.
- 13.2. As **PARTES** elegem o Foro da Comarca da Cidade de Belo Horizonte, como o único competente para dirimir eventuais questões decorrentes deste instrumento e de sua execução.

E, por estarem assim acordadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2023.

**PLENA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA**  
Representante Legal  
Elias Teixeira Pires

**TROPICAL ENGENHARIA, SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA**  
Representante Legal  
Sérgio Castejon Garcia